

O setor agrícola nos 10 anos do Mercosul

Paulo D. Waquil*

Em 26 de março de 2001, completaram-se 10 anos da assinatura do Tratado de Assunção, tratado este que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul). As quatro nações envolvidas (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) visavam ao estabelecimento de um único mercado, baseado na livre circulação de bens e serviços, no estabelecimento de tarifas externas comuns, na coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e na harmonização da legislação para fortalecer o processo de integração.

A agricultura tem desempenhado um papel fundamental dentro do bloco, tanto pela sua configuração atual como pelo potencial de ampliação de suas fronteiras físicas e tecnológicas. O setor agrícola participa com uma oferta muito variada de produtos de clima temperado e tropical, aumentando sua participação no total mundial, nestes últimos anos. O Mercosul é grande produtor e exportador de grãos, frutas, café, açúcar, carne bovina, aves e outros produtos agroindustriais. O bloco exportou, em 1996, quase US\$ 32 bilhões em produtos agroindustriais, correspondendo a 9,7% do total mundial, sendo que US\$ 27 bilhões se referem a fluxos extrabloco. Por outro lado, as importações do bloco somaram US\$ 10 bilhões, representando apenas 3% do total mundial.

Apesar de a região mostrar uma grande heterogeneidade em termos de população agrícola, PIB agrícola total e *per capita*, área disponível e fluxos comerciais, várias foram e as transformações e as tendências comuns nos países que compõem o bloco: a elevação expressiva dos níveis de produtividade do setor agrícola; o aumento da tecnificação e a especialização dos agricultores, incluindo a terceirização de alguns serviços e uma maior preocupação com a gestão das atividades agrícolas; a redução da intervenção governamental nos mercados de produtos agroindustriais; a maior concentração no setor agroindustrial, com o aumento das fusões, aquisições e alianças estratégicas entre empresas do setor; o crescimento da internacionalização do capital, com

* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Economia (PPGE) e Agronegócios (PPGAN) da UFRGS.

investimentos diretos internacionais nos países do bloco; o crescimento do comércio intra e extrabloco, em vista dos níveis crescentes de abertura comercial; e a exclusão de muitos agricultores que não tiveram condições de se integrarem ao processo. Em contraposição a essas transformações, ainda permanecem: a dificuldade de coordenar políticas setoriais; a ausência de objetivos comuns na formulação de políticas públicas nos países-membros; elevadas assimetrias tributárias; baixos níveis de qualificação da mão-de-obra; altos índices de pobreza rural em determinadas regiões; pouca prioridade para a preservação ambiental; graves deficiências na infra-estrutura de transporte e de armazenamento (Jank, Gabarino, Nassar, 1998).

Nas seções que seguem, busca-se revisar a formação do bloco e as negociações referentes ao setor agrícola, indicar os avanços e as dificuldades enfrentadas ao longo do período e apontar, também, as perspectivas para o setor agrícola no Mercosul.

1 - A formação do Mercosul e as negociações agrícolas

Antes da formalização do Mercosul, já haviam sido diversas as tentativas de integração entre os países latino-americanos. Nas décadas de 40 e 50, foram firmados vários acordos bilaterais entre os países da região. Em 1960, com a percepção de maiores dificuldades para as exportações latino-americanas, principalmente de produtos agrícolas, em vista da criação da Comunidade Econômica Européia (CEE) em 1957, foi assinado o Tratado de Montevideo, criando a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC). No entanto, o processo não foi bem-sucedido devido à falta de complementaridade entre as economias participantes, às deficiências na infra-estrutura de transportes e comunicação, à falta de um estágio anterior de cooperação entre os países envolvidos e à instabilidade política na região. A única conquista foi uma área com algumas tarifas preferenciais (Cristini, Balzarotti, 1991).

Em 1980, a ALALC transformou-se em Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com a assinatura de um novo Tratado de Montevideo. Os objetivos estritamente comerciais da ALALC foram substituídos pela regulamentação e promoção do comércio e por ações para a cooperação e o desenvolvimento econômico.

O processo de integração seguiu com a assinatura da Ata para Integração entre Argentina e Brasil, em 1986, pelos então Presidentes Raul Alfonsín e José Sarney. Foram preparados 12 protocolos, envolvendo diversos setores da

economia. Nos anos seguintes, foram assinados vários outros protocolos e acordos complementares e, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, incluindo também o Paraguai e o Uruguai, e criado o Mercosul. Os objetivos do acordo são: expandir os mercados domésticos através da integração, como um pré-requisito para o desenvolvimento econômico; utilizar os recursos disponíveis de forma ótima, preservando o ambiente, coordenando as políticas macroeconômicas e encorajando a complementaridade entre os diferentes setores da economia; promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a modernização das economias, a fim de expandir a oferta e melhorar a qualidade dos bens e serviços, com o objetivo de elevar o padrão de vida em cada país-membro.

O Mercosul ainda é um processo em construção. Vários foram os avanços, mas também as dificuldades enfrentadas. O bloco tem sido visto como a tentativa mais bem-sucedida de integração na América Latina, em vista de ser um processo negociado, envolvendo a participação de diversos setores e, com isto, diferenciando-se das iniciativas anteriores, caracterizadas por serem processos impostos. Em 1996, a Bolívia e o Chile assinaram acordos de adesão ao bloco, e, recentemente, as nações participantes têm se empenhado em consolidar o bloco e em aprofundar o relacionamento com outros países latino-americanos.

Diferentemente das tentativas de integração regional anteriores, a estrutura de negociação do Mercosul tem permitido avanços importantes. A administração e a execução do acordo estão a cargo do Conselho Mercado Comum (CMC), órgão superior do Mercosul e responsável pela condução política do processo de integração, e do Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Mercosul, responsável pela implementação das medidas para a integração. O GMC deve elaborar e propor medidas para liberalizar o comércio, coordenar políticas macroeconômicas e setoriais. É composto por vários subgrupos de trabalho (SGT), um dos quais (SGT-8) trata exclusivamente das negociações do setor agrícola. Entre as responsabilidades do SGT-8 estão a definição dos padrões, classificações e regulações para a produção e o comércio de produtos agrícolas. O SGT-8 está subdividido em quatro comissões: Comissão de Sanidade Animal, Comissão de Sanidade Vegetal, Comissão de Sementes e Comissão ad hoc.

As reuniões de Ministros da Agricultura têm como objetivo propor as medidas necessárias para a harmonização das políticas agrícolas nos países-membros, orientando também as tarefas do SGT-8. Em 1998, os Ministros da Agricultura do Mercosul, juntamente com os da Bolívia e do Chile, assinaram a Declaração de Buenos Aires, onde ratificaram a vontade de fazer progredir e intensificar o processo de integração, destacando as perspectivas para o desenvolvimento conjunto do setor agrícola. Nessa declaração, enfatizaram a

eliminação das restrições ao comércio intra-regional e a necessidade de harmonização da legislação. Ressaltaram, ainda, a importância de designar um grupo de negociação específico para a agricultura na Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) e para a incorporação do comércio de bens agrícolas às regras gerais da Organização Mundial do Comércio (OMC) (Argentina..., 1998).

Dentro da pauta negociadora do SGT-8, cabe destacar a harmonização sanitária e fitossanitária; o seguimento de políticas agrícolas nacionais; a articulação com o setor privado; a harmonização de regulamentos referentes a sementes, fertilizantes, inoculantes, vinhos, rações, genética animal e produtos orgânicos; e a eliminação ou harmonização das medidas e restrições não-alfandegárias. Dentro do seguimento de políticas agrícolas nacionais, foi combinada a oferta de informações sobre área cultivada, produção, rendimento, épocas de colheita, importações, exportações, estoques e preços médios por produto. As informações incluem frutas (maçã, pêra, uva, pêssego, ameixa, cítricos), hortaliças (alho, batata, cebola, tomate), produtos industriais (algodão, lã, café, cana-de-açúcar, erva-mate), cereais (trigo, milho, sorgo, aveia, arroz), produtos de origem animal (lácteos, carne bovina, suína e de aves, mel) e outros (feijão, soja, girassol). Por outro lado, a Comissão de Alimentos passou a priorizar a equivalência dos sistemas de controle de alimentos, considerando a inspeção e a certificação de importação e exportação de produtos alimentares. Apesar de ainda haver diversas pendências, já foram harmonizadas as normas sobre rótulos, as disposições sobre embalagens e a inspeção industrial e sanitária para produtos lácteos (Argentina..., 1998).

Entre os instrumentos de política comercial comum está a Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada no final de 1994 e vigorando desde janeiro de 1995, ainda que com algumas exceções (setores açucareiro e automotor, informática e telecomunicações, e uma lista de produtos de cada país). Com relação ao regime de adequação para os produtos que compõem a lista de exceções, o cronograma de desgravação vem sendo cumprido normalmente. Em 1996, também foram aprovados o Regulamento sobre Salvaguardas, o Regulamento de Defesa da Concorrência e o regulamento referente ao regime de origem do Mercosul.

Por outro lado, a solução de controvérsias no bloco é buscada através do Mecanismo de Consultas à Comissão de Comércio (CCM). As consultas sobre produtos agrícolas e alimentos atingiram quase 50% do total de consultas apresentado desde 1995. Os problemas evidenciados com maior frequência referem-se à aplicação de normas técnicas e administrativas para o ingresso de produtos e à discriminação tributária com relação aos fluxos intrabloco.

Por fim, no que diz respeito ao relacionamento externo, os países-membros têm buscado coordenar posições para as negociações na OMC e frente a

outros blocos regionais (mais especificamente para um acordo do Mercosul com a União Européia e para a formação da Área de Livre-Comércio das Américas), tendo em vista que o setor agrícola é um dos principais setores exportadores do Mercosul e tem vantagens comparativas com relação ao resto do mundo.

2 - Avanços e dificuldades enfrentadas

Os objetivos no acordo acima expostos são claramente mais amplos do que nas tentativas anteriores de integração regional. No entanto, o que foi alcançado nestes 10 anos? Sem dúvida, os mercados expandiram-se, mas ainda não houve preocupação conjunta com a utilização ótima dos recursos disponíveis, com a preservação ambiental, com a coordenação de políticas macroeconômicas. Ainda não houve a promoção integrada do desenvolvimento científico e tecnológico. Também não houve a preocupação conjunta com a elevação do padrão de vida nas nações participantes. Não obstante o sucesso inicial do bloco em ampliar e regulamentar os fluxos comerciais na região, o processo tem enfrentado uma série de dificuldades.

Em 1991, quando foi assinado o Tratado de Assunção, os fluxos comerciais intra-regionais somavam apenas US\$ 4,5 bilhões. Em 1993, atingiram US\$ 8,0 bilhões e, em 1995, US\$ 12,5 bilhões. Em 1998, os fluxos comerciais entre os países membros alcançaram US\$ 20,0 bilhões, apresentando uma queda em 1999, como consequência da desvalorização cambial ocorrida no Brasil, mas retornando ao mesmo patamar em 2000.

Quando foi iniciada a consolidação do Mercosul, a grande preocupação do lado brasileiro era com relação ao setor agrícola, tido como o mais sensível ao processo de integração. No período 1992-98, a participação média dos demais países do Mercosul no total das exportações brasileiras foi de 14,6% contra a participação de 14,2% no total das importações, mostrando um relativo equilíbrio na balança comercial do País para com os parceiros. No entanto, quando são confrontadas as informações apenas a respeito dos produtos agrícolas, constata-se uma grande disparidade. A participação dos demais países do bloco nas exportações brasileiras de produtos agrícolas foi de apenas 6,9%, enquanto a participação nas importações de produtos agrícolas atingiu 46,6%. Esses percentuais refletem a maior importância da agricultura como geradora de divisas para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai nas trocas com o Brasil (Carvalho, 1999). Por outro lado, a autora ilustra que as exportações brasileiras de produtos de origem agrícola para os parceiros do bloco cresceram mais do que as exportações dos demais produtos, enquanto as importações brasileiras de

produtos agrícolas cresceram menos do que as importações dos demais produtos. A autora sustenta que a agricultura brasileira, se é que estava em desvantagem comparativa no início do período, teve essa situação melhorada.

O processo de integração vem efetivamente contribuindo para mudanças na estruturação do setor agroindustrial dos países-membros. Particularmente no caso brasileiro, o volume de importações intra-regionais de produtos agroindustriais cresceu, em termos reais, aproximadamente três vezes, ao passo que o volume de exportações intra-regionais desses produtos cresceu quase sete vezes (Rodrigues, 1999). Entretanto, destaca-se que o saldo comercial brasileiro referente apenas aos produtos agroindustriais com os países do Mercosul ainda é deficitário. Convém também ilustrar que as exportações brasileiras para os demais membros do bloco compreendem principalmente produtos com maior valor agregado, enquanto as importações têm sido concentradas em *commodities* (Farina, Saes, 1996).

Buscando estimar os valores referentes à criação e ao desvio de comércio de algodão, arroz, bovinos, leite, milho e trigo, David e Nonnenberg (1998), assim como Nonnenberg e Mendonça (2000), concluem que os valores totais de desvio de comércio são substancialmente inferiores aos de criação de comércio, indicando assim que, ao menos no que se refere aos produtos agrícolas no Brasil, o Mercosul ensejou ganhos de bem-estar importantes.

As mudanças na taxa de câmbio foram importantes, e seus efeitos são bastante evidentes. A fase inicial do Mercosul coincidiu com o plano de estabilização na Argentina, que levou à valorização do peso, contribuindo para o aumento dos fluxos comerciais do Brasil para a Argentina. A partir de 1994, com o Plano Real e a conseqüente valorização da moeda brasileira, a situação inverteu-se, aumentando os fluxos comerciais da Argentina para o Brasil. Porém, com a desvalorização do real em janeiro de 1999, alteraram-se os preços relativos mais uma vez, influenciando novamente os fluxos comerciais.

Contudo o setor agrícola nos países do Mercosul tem características bastante distintas. Por um lado, a Argentina produz excedentes exportáveis, e, por outro, o Brasil ainda depende de importações para suprir o consumo doméstico. O Brasil tornou-se o maior parceiro comercial da Argentina, criando uma situação preocupante de "Brasil-dependência" para diversos setores produtivos da Argentina. Em 1997, com a crise asiática, a retração no comércio mundial e a elevação nas taxas de juros, os países do bloco mostraram uma redução no ritmo de crescimento, gerando também uma série de dificuldades comerciais. Naquele ano, a proteção tarifária no bloco foi elevada, correspondendo a um aumento de 3% na TEC.

A desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999, veio agravar uma situação preexistente (Macadar, 1999). Foi rompida a harmonia macroeconômica no bloco, dando espaço, então, para o surgimento de diversas medidas protecionistas da Argentina contra produtos importados do Brasil, dentre os quais, produtos têxteis, automóveis, açúcar e calçados. Como resultado, o Brasil fez ameaças de retaliação, também impondo medidas protecionistas contra a importação de produtos argentinos, principalmente de produtos de origem agrícola.

Tem sido clara a dificuldade de se alcançar um acordo sobre uma política agrícola comum para o Mercosul. Houve uma convergência em termos de redução da participação do Estado e de maior integração com os mercados internacionais, mas ainda falta a coordenação de ações para a tomada de decisões no nível regional. Medidas unilaterais adotadas por países-membros têm gerado polêmicas e atritos, dificultando o aprofundamento do processo de integração, indicando a falta de coordenação de políticas públicas no âmbito do bloco (Vieira, Carvalho, 1997).

Por outro lado, no agravamento da crise vivenciado recentemente pela Argentina, envolvendo a troca de ministros e o lançamento de um novo pacote de medidas, o Brasil deu o apoio solicitado, abrindo novas exceções ao acordo. Isso permite também interpretar essas concessões como resultado do amadurecimento das relações políticas e econômicas entre os países, percebendo que as soluções deverão ser buscadas conjuntamente. Assim, a experiência de integração adquire uma dimensão política cada vez maior, mais ampla que a dimensão puramente comercial. Como apontado pelo Embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, o Mercosul não deve constituir apenas um bloco que proporciona a ampliação dos mercados aos países-membros, mas também pode ser um espaço para o desenvolvimento, de forma harmoniosa e equilibrada, de questões políticas da agenda sub-regional.

3 - Perspectivas

O Mercosul, desde sua criação, vem afetando significativamente os setores agrícola e agroindustrial dos países-membros, conduzindo a um processo de reestruturação produtiva. O processo de integração é negociado entre os governantes dos países-membros, mas, fundamentalmente, envolve a participação do setor privado.

O potencial de expansão dos mercados de produtos agroindustriais tem atraído novos investimentos de companhias multinacionais, que vinham

enfrentando mercados estagnados nos países desenvolvidos. A estratégia mais comum para a entrada em novos mercados tem sido as aquisições, aumentando a concentração e a internacionalização do segmento, além de alianças estratégicas e de *joint-ventures*, que também vêm afetando o ambiente competitivo no Mercosul (Farina, Saes, 1996). As autoras ilustram com diversos exemplos, como a Parmalat, que entrou agressivamente, adquirindo firmas nos quatro países do bloco; os investimentos e as parcerias firmadas pelas argentinas La Serenissima, Sancor, Milkaut, Arcor, Baesa, Moreno, assim como pelas brasileiras Brahma, Arisco, Sadia, Perdigão, CCGL e Garoto nos demais países do bloco. Também os investimentos em aumento da capacidade instalada, modernização e diversificação de atividades têm sido importantes.

Uma das consequências desse processo de aquisições, alianças e novos investimentos é o aumento da pressão competitiva, provocando maior concentração no setor agroindustrial, redução dos preços, diferenciação de produtos e segmentação dos mercados.

Ao longo do período, o incremento na produção agrícola e a maior concentração no segmento agroindustrial vêm conduzindo a uma redução nos preços reais dos produtos agrícolas, à queda de renda e ao endividamento e agravamento da crise vivenciada pelo setor agrícola. Entretanto os impactos são diferenciados entre os vários segmentos e entre as diversas regiões. A produção agrícola familiar nos países do Mercosul, pelas suas peculiaridades, encontra maiores dificuldades de promover os ajustamentos necessários nesse novo cenário. Como indicam Campos e Bianchini (1999), a formação do Mercosul, aliada à abertura comercial, à deterioração das políticas públicas voltadas para a agricultura e ao modelo tecnológico adotado no meio rural brasileiro, afetou, particularmente, os agricultores familiares, que, sem condições de competirem e sem o apoio de políticas públicas que permitissem intensificar a reconversão produtiva, vêm sendo excluídos do processo produtivo. Os autores apontam que, conforme os dados dos censos agropecuários, apenas na Região Sul do Brasil, uma das mais afetadas pelo processo de integração, o número de pessoas ocupadas na agricultura reduziu-se de 4,5 milhões em 1985 para 3,4 milhões em 1995/96. No mesmo período, foram fechados mais de 195 mil estabelecimentos agrícolas, sendo a grande maioria de pequenos proprietários, arrendatários e parceiros.

Assim, em vista dos esquemas de integração regional, que estimulam a especialização, a concentração da produção e o aumento do tamanho dos mercados, a produção agrícola familiar depara-se com uma série de desafios, que requerem condições políticas favoráveis: a necessidade de valorização da produção familiar e a participação no processo de tomada de decisões; condições

financeiras, dando atenção à necessidade de garantir fontes de financiamento alternativas; condições sócio-culturais, preparando as populações envolvidas para a identificação dos problemas, relacionando os níveis local, regional e global; e, ainda, condições organizacionais e institucionais, garantindo as mais diversas formas de cooperação (Moreira, 1996; Waquil, 1999).

Depois de uma sucessão de atritos comerciais que perturbaram as relações entre os quatro países-membros do bloco, em especial entre a Argentina e o Brasil, o Mercosul foi “relançado” em julho de 2000, buscando reduzir as pendências comerciais à sua real e limitada dimensão e buscando aprofundar o processo de integração regional. Como sugeriu o embaixador especial para o Mercosul, José Botafogo Gonçalves, a resposta às turbulências ocorridas consiste em fixar objetivos maiores e mais ambiciosos para o bloco, cujo cumprimento depende dos esforços conjugados do setor público e do setor privado.

Com o crescimento dos fluxos comerciais intra e extra-regionais, as nações têm se tornado cada vez mais interdependentes, tornando evidente a necessidade de reduzir ou eliminar as assimetrias ainda existentes. O futuro do Mercosul ainda é muito dependente das condições macroeconômicas dos países que compõem o bloco. Ao longo destes 10 anos, evidencia-se uma convergência das políticas públicas e até mesmo setoriais (Cirio, Petri, 1997). Entretanto a harmonização da estrutura tributária, a coordenação de políticas cambiais, a busca de interesses comuns e a atuação conjunta nas negociações para a formação da ALCA e de um acordo com a União Européia são desafios a serem vencidos e que têm impactos marcantes sobre os setores agrícola e agroindustrial.

Conforme aponta Lopes (1997), ainda não se logrou um acordo acerca de uma política agrícola comum para o Mercosul por causa das assimetrias e divergências entre as políticas agrícolas implementadas na Argentina e no Brasil. Se, por um lado, houve uma convergência no sentido de redução da participação do Estado e de maior integração com o mercado internacional, por outro, ainda falta a coordenação de ações para a tomada de decisões no nível regional. Algumas questões ligadas a programas de apoio doméstico no Brasil não obtiveram consenso entre os países integrantes do bloco. Agora, num momento em que o setor agrícola em todos os países-membros enfrenta dificuldades impostas pelos preços baixos, crédito escasso e juros elevados, num momento em que todos no bloco clamam por apoio ao setor, é hora de se buscar uma solução conjunta (Waquil, 2000). A formulação de uma política agrícola comum, que vise à garantia e à elevação da renda no campo, que dê atenção especial à agricultura familiar e à segurança de abastecimento alimentar, possibilitará a conquista do desenvolvimento rural dos países que compõem o Mercosul.

Por fim, além da elaboração de uma política agrícola comum do Mercosul, é importante também dar ênfase a outros programas de desenvolvimento rural,

relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população rural. Com relação ao meio ambiente, a crescente inserção do Mercosul no cenário internacional tende a acelerar a utilização de tecnologias compatíveis com a preservação ambiental e a busca de um desenvolvimento sustentável.

Bibliografia

- AGRICULTURA no Mercosul, Chile mais Bolívia (1998).. Montevideo : IICA.
- CAMPOS, A., BIANCHINI, V. (1999). Mercosul, agricultura e emprego. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 51. **[Anais eletrônico...]**. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>
- CARVALHO, M. (1999). Comércio agropecuário brasileiro no Mercosul. **Informações Econômicas**, v.29, n.6, p.7-22, jun.
- CIRIO, F., PETRI, G. (1997). Políticas agropecuárias na Argentina e no Brasil: confluência ou controvérsia? In: SEMINÁRIO BRASIL-ARGENTINA. **[Anais...]** Rio de Janeiro : Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/ipri>>.
- CRISTINI, M., BALZAROTTI, N. (1991). **Los acuerdos regionales en los 90:** un estudio comparado de la CE-92, el NAFTA y el Mercosur. Buenos Aires : Fundación de Investigaciones Latinoamericanas.
- DAVID, M., NONNENBERG, M. (1998). Mercosul: integração regional e o comércio de produtos agrícolas. In: A ECONOMIA brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro : IPEA, v.1, p.195-313.
- FARINA, E., SAES, M. (1996). **Food industry in Mercosur: many challenges and big opportunities.** Paper presented at the International Seminar on Food, Agriculture and Agribusiness: future challenges and opportunities. Cirencester, UK.
- JANK, M., GABARINO, P., NASSAR, A. (1998). Estratégias agroalimentares para o Mercosul. In: AGRICULTURA no Mercosul, Chile mais Bolívia. Montevideo : IICA. p.20-33.
- LOPES, M. (1997). Agricultura e política agrícola no Brasil e na Argentina. In: SEMINÁRIO BRASIL-ARGENTINA. **[Anais...]** Rio de Janeiro : Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/ipri>>.

- MACADAR, B. (1999). Economia instável na região provoca avanços e recuos. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre : UFRGS, ago., p.5.
- MOREIRA, M. (1996). Globalização, agricultura e espaço rural: dinâmicas do capital e as zonas mais desfavorecidas. In: WORKSHOP TEÓRICO SOBRE ECONOMIA POLÍTICA DA AGRICULTURA. **Anais...** Campinas : UNICAMP/ /Instituto de Economia. p.269-326.
- NONNENBERG, M., MENDONÇA, M. (2000). Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.38, n.1, p.65-90, jan./mar.
- RODRIGUES, W. (1999). A dinâmica dos sistemas agroalimentares no Mercosul. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR. (Cd-Rom).
- VIEIRA, W., CARVALHO, F. (1997). Mercado Comum do Sul (Mercosul): fundamentos econômicos, evolução e perspectivas. In: Vieira, W., F. Carvalho, eds. **Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico**. Viçosa : UFV. p.11-24.
- WAQUIL, P. (1999). Produção agrícola familiar no Brasil no contexto de integração regional. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37. **Anais...** Foz do Iguaçu, PR. (Cd-Rom).
- WAQUIL, P. (2000). O setor agrícola argentino: transformações recentes e implicações. **Indicadores Econômicos FEE**, v.27, n.3, p.38-48, fev.